



TURISMO E ARQUITETURA: A PRODUÇÃO DO ATRATIVO¹.

Angela Moreira

PROARQ - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura / FAU / UFRJ.

E-mail: palas@netfly.com.br

O espaço construído hoje:

Para entendermos o que seja (ou poderá ser) um objeto arquitetônico (ou um lugar) (considerado como atração) devemos sempre começar observando a própria realidade de nossas cidades. Assim, alguns elementos saltam em nossas vistas, são eles:

1 - A standardização e a banalização da arquitetura das cidades, formada por conjuntos arquitetônicos que imprimem o pavimento-tipo e os mesmos elementos de fachada como oferta imobiliária, devido a uma intensa produção de unidades residenciais, comerciais e de prestação de serviços oriundos de uma arquitetura dita moderna.

2 - A redução do patrimônio (oficial e não oficial) também derivado do pensamento moderno que selecionou no nosso passado o que deveria ser as suas marcas (principalmente o estilo colonial), deixando margem para a derrubada de inúmeros prédios, criando assim vazios em áreas nobres, onde foram introduzidos os novos exemplares modernistas².

3 - Como agravante deste processo, ainda temos o fato de que a maioria dos profissionais atuantes na nossa arquitetura foi marcada por este movimento modernista e *ainda projetam segundo ele*. E, este quadro tende a se intensificar ainda mais nos lugares atingidos pelo processo de turistificação que, ao menos em teoria, deveriam exprimir uma representação significativa dos mais importantes valores de nossas cidades, expressos através de sua paisagem e de seus OAs³ existentes ou a serem construídos.

Diante deste quadro, cabe uma reação que vai expressa através de uma **atualização dos conceitos inerentes ao tema em questão**.

Primeiro conceito: a noção de ciclo de vida turístico de Butler.

Segundo BUTLER, a representação do funcionamento do espaço turístico é a base dos modelos de evolução desta atividade. O esquema histórico é simples:

. Primeiro, o lugar é descoberto, porque ele faz parte de uma margem espacial. É o período "pré-turístico" no qual chegam os primeiros turistas. Butler denominou-o de fase de exploração. Do ponto de vista do lugar descoberto, esta fase é caracterizada pelo pouco cambio, pois é a iniciativa externa que domina, algumas vezes com a participação da elite local.

. Depois vem um período durante o qual o lugar se integra ao sistema. O desenvolvimento corresponde a um aumento sensível do volume de turistas, que está ligado ao aumento da acessibilidade. Para responder às expectativas desta população, o volume da oferta de alojamentos aumenta e seus modos se diversificam. A economia turística fica mais complexa (a população local é mais envolvida por meio da criação de empregos oferecidos e/ou; o lugar vê a chegada de grandes investidores externos).

. Quando o espaço regional está totalmente absorvido pela atividade turística, assiste-se a uma multiplicação dos lugares destinados a esta atividade, depois à sua especialização e hierarquização. O desenvolvimento corresponde a um período de importantes transformações físicas do lugar (nem todas aprovadas pela população local).

¹ Este trabalho é parte de uma pesquisa acerca da atratividade ligada aos mercados populares e suas relações com o comércio formal, a cidade do Rio de Janeiro e a intervenção do Estado na criação e evolução deste objeto arquitetônico.

² Isto não quer dizer que toda a produção modernista tenha sido assim. Alguns arquitetos mais conscientes produziram arquitetura de boa qualidade (tanto arquitetônica quanto ambiental), mas infelizmente eles não constituíram a maioria desta produção.

³ O.A. equivale a objeto arquitetônico.



. A chegada do turismo intenso seria concomitante a certa crise do lugar turístico, até mesmo seu declínio, pois este tipo de turismo modifica consideravelmente o lugar, degradando-o. Surgem, então, os problemas ligados ao meio ambiente, a degradação da qualidade dos serviços ou fatores mais sociológicos, em particular os conflitos com a população local. A atratividade do lugar declina, o número de turistas também.

Esta idéia de ciclo é apresentada, em 1980, sobre a forma de um modelo por BUTLER que aplica então ao lugar turístico o conceito econômico e comercial do **ciclo de vida de um produto**. BUTLER propôs a representação gráfica de uma curva de evolução do número de turistas segundo o tempo: para as fases chamadas de início, de desenvolvimento e de consolidação, o volume absoluto de freqüentação é sempre em progressão: nos dois primeiros períodos, a taxa de crescimento está em progressão rápida, posteriormente a fase de consolidação corresponde a sua compressão. O fenômeno está ratificado pela fase seguinte, a da estagnação onde a taxa de crescimento se torna nula. É então o turismo de massa que o modelo faz coincidir com o declínio.

Esta noção de ciclo de vida, da compreensão de mudanças e de limites, vai implicar, desde os anos 80 e 90, em uma série de intervenções no espaço construído visando a alterá-lo. Ela pode ser aplicada desde a micro até a macro escala, ou seja, desde um OA até uma cidade ou região. Atualmente, considera-se possível “reciclar” o espaço produzindo-se nele novas atratividades, ou seja, acrescentando-se ao modelo de Butler uma (ou mais) nova(s) fase(s) que corresponde a um (ou mais) novo(s) ciclo(s) de vida.

Segundo conceito: o de Patrimônio Territorial:

Todavia, para uma atuação eficaz faz-se particularmente importante a atuação na micro escala do território. Ou seja, naquilo que vai tocar em especial a busca, a recuperação ou a recriação de novos valores locais. Para tanto, parece-me de grande utilidade o conceito de *Patrimônio Territorial*, orquestrado por CHOAY em seu último livro, que prega o *refazer o território a partir do conhecimento de suas singularidades, de suas especificidades*.

“Trata-se de mostrar como a desterritorialização tende a eliminar o conjunto das riquezas patrimoniais que estão em jogo durante a longa duração do processo de antropização (paisagens rurais e urbanas, como atividades e práticas sociais). ...Não se trata nem de ecologia defensiva nem de conservação patrimonial, nem de procurar um equilíbrio entre global e local (conceito de glocal), pois este equilíbrio supõe uma subordinação do local aos imperativos do global. O desenvolvimento local e a reterritorialização devem ser considerados como uma alternativa estratégica ao desenvolvimento global” (CHOAY, 2006, p. 368-9).

A grande inovação deste procedimento é que ele engloba o patrimônio natural e o patrimônio cultural (patrimônio ambiental) local sob o conceito de **Patrimônio Territorial**⁴ e estes não são mais concebidos de forma estática, mas aparecem como indissociáveis de um conjunto de atividades e de comportamentos que lhes dão sentidos, ou seja, não existe preservação (nem requalificação) do patrimônio natural e construído local sem as práticas sociais que são a eles agregadas e que correspondem as diferentes escalas e aos diferentes tipos de herança que ali existem, sem uma economia local que associe a micro-agricultura e/ou a micro-indústria, o artesanato, o trabalho autônomo e os serviços diversos acompanhados de atividades não mercantis.

“... não se trata de voltarmos às costas ao real e a história e de nos estalarmos fora ou ao lado das redes técnicas. A eficácia destas está plenamente reconhecida, somente sua hegemonia é contestada. Sua função protética é relativizada e subordinada a elaboração de um outro espaço e de uma outra sociedade. É o que Magnaghi resume em sua fórmula: “a mundialização por

⁴ Aqui se está tratando patrimônio territorial no sentido dado por Choay, ou seja, o da palavra francesa *terroir*, quer dizer, dos elementos ligados a terra, de pequena escala local, das coisas, situações e do espaço contido nesta escala.



baixo”. Ao invés do local ser destruído ou condicionado pelos requisitos da sociedade mundial de mercado e da concorrência, submisso a decisões e a poderes vindos de outra parte, é a partir de um projeto endógeno e de forças locais que ele se conecta com as redes exteriores e se subordina a elas.” (CHOAY, 2006, p. 368-9).

Isto irá implicar em uma prática dinâmica e em um conhecimento mais profundo da produção-recriação do território, ou seja, na perpétua elaboração de ciclos de vida do lugar ou de um AO. Vejamos um exemplo que atinge diretamente à atividade turística com suas fases de “reciclagem”.

Terceiro conceito: O processo de requalificação (de um lugar) (de um OA):

Segundo CABRITA, A.R.; AGUIAR, J.; APPLETON, J. (1993), como conceito de processo de reabilitação ou requalificação, temos:

“Toda a série de ações empreendidas em vista à recuperação e a beneficiação de um edifício, tornando-o apto para o seu uso atual. Seu objetivo consiste em resolver as deficiências físicas e as anomalias construtivas, ambientais e funcionais acumuladas ao longo dos anos, procurando ao mesmo tempo uma modernização e uma beneficiação geral do imóvel sobre o qual incide – atualizando as suas instalações, equipamentos e a organização dos espaços existentes, melhorando o seu desempenho funcional e tornando esses edifícios aptos para a sua mais completa e atualizada reutilização.”

O ciclo de vida turístico está diretamente ligados ao processo de revitalização e/ou de requalificação dos lugares ou dos OAs. Então, ao implantarmos um novo ciclo estaremos **definindo uma nova paisagem cultural agregadas a novos valores**. Entretanto, no que concerne ao turismo, **não é qualquer paisagem que será interessante**, uma definição relativamente satisfatória pode ser a adotada na Carta da Paisagem do Quebec, acrescentada das observações de Belgue, e do conceito de patrimônio territorial de Choay, já citado:

« A paisagem é muito mais do que as características visíveis de um território, assim, sua definição deve ser ampliada para englobar as interações entre os indivíduos, suas atividades e o meio-ambiente. Novos elementos biofísicos, antropológicos, sócio-culturais, visuais e econômicos vêm se inscrever à noção de paisagem » (Charte du Paysage Québécois, 2000).

« A paisagem passa a ser um fator de desenvolvimento, já que a qualidade de vida é um fator de peso e um argumento econômico e de desenvolvimento turístico. O poder de atração turístico repousa sobre princípios de *unidade e de autenticidade do lugar* de maneira a criar uma vantagem concorrencial » (Belgue, 2007) (grifo nosso).

Mais uma vez, a paisagem e os OAs passam pela reprodução ou pela criação de novos valores. Mas, que valores e qual a sua relação com o turismo?

Terceiro conceito: A noção de valor (para fins turísticos):

Segundo QUARANTA (1997, p. 148-150), uma forma (incluindo aqui a dos OAs) se torna um bem se ela inclui pelo menos um destes **quatro valores: científico, cênico, econômico ou cultural**. Em função da importância do valor e do acúmulo dos valores, as formas são bens mais ou menos remarcáveis. Assim:

O valor científico se define por três critérios que são: a raridade natural ou construída, a exemplaridade didática e o testemunho paleogeomorfológico. A raridade natural concerne à frequência e a densidade dos objetos geomorfológicos numa região determinada. A raridade construída refere-se ao caráter excepcional dos elementos construídos que se encontram na paisagem. A exemplaridade didática é uma noção



qualitativa, ela concerne o estilo e a originalidade dos elementos da paisagem. O testemunho paleogeomorfológico tem dois aspectos: a consideração do mesmo como arquivo científico e a funcionalidade deste elemento.

O valor cênico compõe o aspecto estético da forma (tamanho, altura, largura, etc.) mensurável e quantificável através de suas características morfológicas e de sua aceitação. É delicado analisar a estética da paisagem, porque a beleza não tem valor universal. A estética de uma forma depende da subjetividade do observador. Não obstante, usando a filosofia da paisagem podemos estudar os fatores que levam a uma emoção positiva. Esses fatores são as cores e o jogo que se estabelecem entre elas, as sombras, as luzes, as relações de volume entre as formas, que variam em função da distancia que separa o observador da forma considerada. Se um máximo de fatores positivos está reunido, a forma será considerada como estética pela maioria das pessoas.

O valor cultural. Trata-se de saber qual é o lugar que ocupa o(s) elemento(s) da paisagem na tradição cultural através da observação de fotos (antigas e recentes), de cartões postais, de obras picturais, de contos e lendas, e mesmo da história oral das pessoas que ali vivem, ou seja, da elaboração de um conhecimento profundo e constante acerca do lugar.

O valor econômico. Não se pode confundir valor econômico e recurso econômico. Um elemento geomorfológicos tem um valor econômico se ele é utilizável ou explorável. Como exemplo disso, uma parede rochosa é usada como vias de escaladas, mas não é um recurso econômico direto porque ela não tem incidências sobre a produção e o emprego. Uma forma pode apresentar um valor econômico sem ser um recurso econômico. É essa noção de valor que está ligada ao meio ambiente (natural e/ou construído) que vai nos permitir proteger os elementos que o compõem, incentivando assim um desenvolvimento a longo prazo para o território e sua região. O mesmo conceito pode ser aplicável ao parque arquitetônico do lugar. Estes últimos elementos, na contemporaneidade, vão passar por conceitos especiais que começam a ser definidos, o principal deles é o de Objeto Arquitetônico Singular, como elementos-chave do lugar, marcando e concretizando seus pontos atrativos.

Quarto conceito: a singularidade e os objetos arquitetônicos singulares.

Nos diálogos entre Jean Nouvel (arquiteto) e Jean Baudrillard (filósofo) conseguimos algumas pistas acerca deste conceito:

“JN – Objeto Arquitetônico Singular é um objeto que literalmente te absorve. O objeto pode ser muito belo, mas não ser singular... Não existem normas, não é ligado a formas estéticas, sociológicas, políticas, espaciais... É uma qualidade adicional. Na singularidade, a estética não é primordial. Mesmo um objeto monstruoso pode ser uma entidade indiscutível e, assim, ser belo.

JB – Me interessa o que me deixa estupefato.

JB – Mas, o diferencio do global, do universal...

JN –... E do neutro (BAUDRILLARD e NOUVEL, p. 102-105)”.

Na contemporaneidade encontramos duas tendências consideradas marcantes no que concerne à expressão conceitual dos **objetos arquitetônicos singulares**. A primeira, uma abordagem mais geral, que olha a maneira como vêm sendo projetados os novíssimos objetos arquitetônicos e uma segunda mais específica que toca o aparecimento de uma arquitetura ligada às preocupações ecológicas. Devemos observar que ambas têm algumas características em comum e outras específicas, cabendo aos arquitetos escolherem quais irão incrementar, segundo seus pontos de vista, o próprio projeto em si ou o seu cliente, refletindo uma ou outra vertente ou mesmo compondo um mix das mesmas. Assim, escolhi dois autores para representá-las: Richard Scoffier e José Maria Montaner, que definiram os pressupostos básicos de cada uma delas:

Para Scoffier as condições gerais da arquitetura (e da cidade) passam por quatro elementos: **objeto; tela; meio; e acontecimento**. Para Montaner as características da arquitetura dita ecológica são definidas por



seis elementos: **a beleza da pele; as formas escalonadas; o vidro; a presença de pátios e estufas; de edifícios semi-enterrados e dispersos; de estruturas leves, recicláveis e nômades.** Tais conceitos fixam linhas de projetos. Mas, o que realmente significam?

Para Scoffier o edifício é considerado um objeto singular, único, aberto à sedução, à fascinação. Logo, a emoção aflora como um elemento sensível e palpável na arquitetura contemporânea, elemento importante que atinge diretamente o usuário, pelo poder de atrair e de sensibilizar, são objetos de forte presença e impacto emocional. Em geral, suas fachadas constituem-se de uma membrana apta a receber todo o tipo de informação. Em seu interior tudo pode acontecer. Admite-se o imprevisível, afirma-se a descontinuidade, a irredutibilidade de cada instante, o diferente. Montaner afirma a beleza desta pele (tanto no interior como no exterior do objeto), com qualidades filtrantes (no que concerne à luz, aos sons e mesmo aos odores) que conduzem à sensibilização. Podendo ou não estar ligado ao contexto onde está inserido, atendendo ou não a valores globais ou locais.

As fachadas ou outras divisões interiores aparecem como telas, com funções exacerbadas, servem para envelopar e proteger o espaço interno ou o externo. Assume um papel de intermediário entre mundos, podendo negar a transparência e a opacidade e cobrirem-se de signos. Ela se liga às duas funções do olho: ver (que convoca todos os sentidos, todo o corpo – menos predominante) e ler (mais abstrata e intelectual, pois decifra e percebe os sentidos sob as formas de signos, símbolos e imagens – mais predominante, investindo nas relações entre signo e sentido).

Para Montaner, na arquitetura dita ecológica a fachada vai, principalmente, assumir formas escalonadas, onde a cobertura também representa uma parte importante do edifício, pois tem a ver com a visibilidade. É o elemento básico de expressão e também aquele que outorga ordem e harmonia ao entorno. Outra característica é o uso de certos materiais e texturas como o vidro, oferecendo transparência, que atua para acentuar, para marcar os limites e como "espaço intermediário" na fachada, também pode ter como missão atuar como espaço térmico, ou seja, atua como meio.

Em certos casos, para Scoffier, podemos até assistir a erosão do lugar. Um espaço que nos libera do peso da cultura e de suas convenções. O acontecimento produzido nele passa a ser mais importante que o uso, ele recria a noção de temporalidade, trata-se do tempo do evento, um mundo onde o inabitual sucede ao inabitual, ou seja, aparece uma ruptura clara, variada e contínua com o cotidiano.

Todavia, para Montaner, na arquitetura ecológica ainda existem preocupações com o contexto, através da harmonia, do uso e das relações culturais, ou seja, preocupações ligadas a continuidade, a (re)afirmação do lugar, através de certos elementos tipológicos. Uma das estratégias tradicionais desta arquitetura é a de ser definida pelas formas semi-enterradas que se aproveitam da inércia térmica do terreno e das paredes. Outra é a dispersão das massas, a fragmentação do objeto arquitetônico em um complexo arquitetônico. Isto responde a uma postura tão respeitosa com o entorno, que pode obrigar mesmo à fragmentação do programa em grupos mínimos. Outra é a utilização de estruturas leves, recicláveis e nômades.

Tais conceitos gerais tendem a ser (mais ou menos) aplicáveis à totalidade da produção de objetos arquitetônicos na contemporaneidade, o que significa que nem todo edifício contemporâneo pode levar a marca de ser realmente singular. Na prática, o que se vê é que a sua utilização (tanto em um, como em outro caso) fica restrita, ainda, aos objetos arquitetônicos destinados ao lazer (em todas as suas funções), a cultura e ao turismo. Assim, o lazer/cultura surge como uma ponta de lança da discussão acerca dos mesmos e da produção dos grandes arquitetos contemporâneos, como uma grande característica e uma demanda da sociedade atual.

Jean Baudrillard observa e cala Jean Nouvel, quando comenta que a verdadeira singularidade vem depois do objeto arquitetônico (ou lugar) ser criado, ela é dada pela valorização e pela notoriedade que os seus usuários (moradores e turistas) dão ao mesmo. Por isto, "monstros" como Baudrillard classifica o Centro George Pompidou em Paris, são objetos singulares, pois estão definitivamente ancorados no afeto e na memória de seus visitantes.



Quinto conceito: a valorização turística passa pela criação ou o aumento da notoriedade de um objeto arquitetônico ou de um lugar.

Esta criação ou este aumento de notoriedade dependem do conceito de atração turística que é definido pela composição de suas duas partes distintas: a **atração-descoberta** e a **atração-evasão**. Aqui, interessamos a primeira delas, que versa sobre um atrativo cuja visita pode ser curta, mas cujo conteúdo pode ser maximizado para guardar o interesse do visitante, sendo esta de caráter mais passivo do que a segunda. No que concerne à interioridade desses suportes, para Kirshenblatt-Gimblett (apud DIAS, 2007) esta atração depende da maneira de apresentação dos acontecimentos (ou mostras) que podem ser: in situ ou in context. A primeira privilegia a imersão dos visitantes e a experimentação e a segunda valoriza a colocação de objetos ou dos acontecimentos segundo enquadramentos logísticos. Em muitas situações, hoje, podemos chegar a encontrar uma ou outra ou ambas as situações dentro do mesmo suporte arquitetônico segundo as necessidades dos acontecimentos apresentados ali.

Todavia, tantos arquitetos quanto turismólogos, devem atentar para o fato de que os objetos arquitetônicos são permeáveis às mudanças que afetam o turismo, o lazer e a cultura, sobretudo na impregnação da experiência vivida durante a visitação. A criação ou a valorização de lugares para fins turísticos e de lazer passa pela análise dos diferentes potenciais (tanto exteriores ao objeto arquitetônico, quanto interiores), sempre procurando respostas segundo uma visão ligada ao ambiente que será percebido e experimentado, ou seja, levando em consideração os aspectos ambientais, físicos, econômicos e sócio culturais, assim como o oferecimento de serviços e dos diferentes tipos de tecnologia de apresentação.

Criar ou ampliar a notoriedade de um lugar ou de um OA, ou seja, inserir novos ciclos de vida neles, hoje, tem como objetivo primeiro, segundo Morisset (2004), *adquirir uma experiência sensível das ambiências a serem valorizadas e do conteúdo das mesmas*⁵. Ainda segundo Morisset, quando um objeto arquitetônico (ou um lugar) oferece uma configuração particular, a criação do lugar turístico pode partir dele, segundo sua envergadura e os meios disponíveis. Entretanto, ela passará forçosamente por três estágios ou níveis de estruturação que corresponde à justaposição de “camadas de notoriedade” agregadas, são elas:

“Para tanto precisamos:

a - Compreender este objeto (ou lugar) e o seu contexto: seu conteúdo e o significado do lugar onde está inserido; seus diferentes tipos e possibilidades de atração; suas características materiais; o tipo e o método como irão ser agregados valores ao mesmo.

b- Preservar o recurso (do objeto ou do lugar): avaliação da(s) sua(s) fragilidade(s); da sua capacidade de carga, da sua capacidade de ser turistificável e de ser absorvido por um processo de culturalização; das ferramentas de proteção, ou seja, das legislações vigentes em diferentes níveis e das técnicas e tecnologias utilizadas.

c- Interpretar o recurso: trata-se da valorização de cunho interpretativo e das diferentes técnicas de interpretação disponíveis: oral, multimídia, cartazes ou murais, incluindo aqui a própria arquitetura” (Morisset, 2004) .

Neste último item devo observar que, no que concerne à arquitetura, deverá ser levada em consideração uma série de novos elementos, tais como:

A - Quanto ao público em geral:

- Os riscos: quer dizer toda uma preocupação com a segurança das pessoas, dos objetos materiais e das situações no interior do OA (ou do lugar).
- O acesso: a obstacularização dos acessos, que impedem a fluidez, a circulação e a contemplação devem ser evitadas.

⁵ O que é um conceito muito mais amplo do que o de unidade e identidade citadas na Carta de Quebec.



- O seu tempo de permanência dentro do objeto arquitetônico começa a ser contado e valorizado. Ele será incorporado em programações e em ações a serem realizadas ali, conseqüentemente às técnicas e materiais utilizados no suporte arquitetônico.

- Acrescentam-se novas funções de comunicação, de gestão, de estudos de público, de marketing, de controle de gestão, de estratégias previsionais, de programação, atualizando as suas instalações, ampliando-se a sua superfície, multiplicando-se as suas atividades, desenvolvendo-se produtos derivados, apresentando-se elementos virtuais em sites na Internet.

B - Quanto à atratividade da arquitetura, ela faz do objeto arquitetônico um forte signo dentro da paisagem. Além deste ser adaptado ao contexto do lugar onde será inserido, a sua aparência exterior, tratando-se de criação ou de requalificação, não é tão importante quanto os espaços de acolhimento, de recepção do visitante que, hoje, devem ser mais valorizados, pois correspondem mais que nunca, à elaboração de um *complexo sistema central de hospitalidade* para o visitante.

Segundo FOURTEAU (2006), a recepção aqui deve ser tomada no sentido de fornecer informação, acessibilidade, sinalética e bilheteria – ou seja, todas as suas funções primárias e essenciais. Acrescida de um especial sentido estético, de uma grande visibilidade e de um sentido de dinâmica (movimento) forte, pois se trata de lugares aonde os fluxos vão se encontrar. A recepção deve ser capaz de acolher um grande número de pessoas, mas também de oferecer equipamento específico para certos segmentos particulares de visitantes (estudantes, deficientes, famílias, idosos, etc). Ela se insere na contemporaneidade sob a égide da hospitalidade, do conforto, de serviços, de comércios, assim como sob a forma de equipamentos culturais novos como auditórios, centros de documentação, salas de exposições, acesso a espaços multimídias, destinados a bem acolher o visitante, em geral, marcando-se de forma acentuada a entrada do mesmo no recinto da visitação. Tudo isto proporciona ao objeto arquitetônico e/ou ao lugar uma força, uma presença considerável na comunidade e na paisagem local.

No entanto, devo deixar bem explicitado que, segundo Morissett (2004) a criação ou requalificação de um *objeto turístico*, como resultado deste processo de valorização, ou seja, da introdução de novos ciclos em um produto turístico, precisa *antes de tudo, preservar a(s) sua(s) idéia(s) original(ais)*, procurando, sempre que possível, manter a essência da ambiência, da experiência sensível existente em sua arquitetura e em sua paisagem circundante (mais do que propriamente a sua forma), podendo mesmo chegar a criar-se espetáculos *desde que estes critérios sejam considerados*.

Conclusão / resultado:

Na contemporaneidade, a manipulação (coerente) de valores conduz a elementos que poderão constituir uma ambiência de alta qualidade ambiental que pode servir também como um produto turístico do mesmo padrão. Por isto, necessitei recorrer a todos os conceitos aqui explicitados, em particular aos de patrimônio territorial e ao de singularidade para compreender as bases do que poderá ser um objeto arquitetônico ou lugar singular, **mas que conduzam a uma leitura e reinterpretação das condições que irão ajudar a promover a verdadeira singularidade dos mesmos ligada a ambiência do local onde estão inseridos.** Estas condições deverão também contar com mais quatro elementos: a criatividade do arquiteto (conscientizado das características desta ambiência), a boa estruturação da ambiência turística (alta qualidade ambiental, dentro e fora do objeto arquitetônico), dos acontecimentos e produtos turísticos oferecidos (ou seja, do papel dos animadores, turismólogos inclusos) e, por fim, da sagração dos mesmos pelos seus visitantes, condições que criarão a atratividade e a notoriedade do lugar e que reforçarão ainda mais a sua singularidade.

Bibliografia:

BAUDRILARD, JEAN e NOUVEL, JEAN. Los objetos singulares. Arquitectura y filosofía. Buenos Aires, Fondo de Cultura Economica, 2001.

BELGUE, D. (2007). La protection et mise en valeur du paysage. Comment un projet de paysage peut devenir une orientation centrale ou secondaire d'un plan d'action ? Dans GAGNON, C. (Éd) et E., ARTH



- (en collab. avec). Guide québécois pour des Agendas 21^e siècle locaux, http://www.a211.qc.ca/9593_fr.html Acesso 28/05/2007.
- BUTLER, R.W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer*, 1980. XXIV: 1.
- CABRITA, A.R.; AGUIAR, J.; APPLETON, J. Manual de apoio à reabilitação dos edifícios do Bairro Alto. Lisboa, FNAC, 1993.
- CHOAY, Françoise. Pour une anthropologie de l' espace. Paris, Ed. Seuil, outubro de 2006.
- DIAS, N. « Que signifie mettre en exposition ? », *Terrain*, Numéro 34 - Les animaux pensent-ils ? (mars 2000) , [En ligne], mis en ligne le 9 mars 2007. URL : <http://terrain.revues.org/document1030.html> . Acesso: 25/05/2007.
- FOURTEAU, C. Le tourisme et les intitutions culturelles. 609^a Conférence de l'Université de Toutes Savoirs, 13 de janeiro de 2006. Acesso 28/05/2007.
- MARTINS, A.M.M. Estratégias para o desenvolvimento de cidades sustentáveis através de seus potenciais turísticos. Pós-Doutorado na Université de Paris I Panthéon-Sorbonne. Agosto de 2000 a Março de 2001. Apoio: CNPq.
- MONTANER, José Maria. A modernidade superada. Arquitetura, arte e pensamento do século XX. Barcelona, Gustavo Gili Ed., 1997.
- MORISSET, L. Plan du cours - Création et mise en valeur des sites touristiques. Canadá, SG UQAM – Chair de recherche au Canada sur le patrimoine urbaine, 2004. Acesso: 28/05/2007.
- QUARANTA, G. La prise en compte des biens paysagers dans la promotion touristique d'une zone environnementale protégée (Croda da Lago, Cortina D'Ampezzo, Dolomites Italiennes). In «Tourisme et milieu», Paris, Collections Colloques du CTHS, N° 16, Ed. CTHS, 1997, p. 147/156.
- SCOFFIER, Richard. Les quatre concepts fondamentaux de l'architecture contemporaine. Texto fotocopiado, s/ed., s/d.